

CULTURA

CAMÕES, AUTOPSIADO POR AQUILINO RIBEIRO



ANTÓNIO VALDEMAR

Jornalista, carteira profissional número Um; sócio efetivo da Academia das Ciências

Obra muito polémica que procura a clarificação de análises deturpadas e o esclarecimento de situações romanescas para conseguir efeitos de exaltação patriótica e de arrebatamento sentimental.

As comemorações nacionais do V Centenário do Nascimento de Camões deverão constituir uma efeméride de incontestável relevância cultural e cívica. Entre outros acontecimentos já em curso, destaca-se a reedição num único volume da obra de Aquilino Ribeiro *Camões Fabuloso e Verdadeiro* (1950), onde procedeu à clarificação de análises deturpadas e ao esclarecimento de situações romanescas para conseguir efeitos de exaltação patriótica e de arrebatamento sentimental.

Aquilino provocou, na altura, uma das polémicas literárias mais ruidosas que marcaram a segunda metade do século XX: pretendeu esvaziar os mitos, os lugares-comuns, as ideias convencionais que se consolidaram, ao longo dos séculos. Capítulo a capítulo foi “varrendo teias de aranha”, “removendo entulhos”, “demolindo túmulos”. Em suma: todo um “romance mal urdido, falso no que respeita à pessoa e destituído de senso quanto à verdade local”.

Também era um ataque direto aos intelectuais e aos políticos que zelavam pela continuidade do regime de Salazar, a mais antiga ditadura da Europa. Aquilino não escondeu o objetivo de romper não apenas com “aquilo que se ensinava na escola”, mas desmontar a imagem de um filme de Leitão de Barros, destinado a “inebriar as almas simples e megalómanas dos portugueses”, a fim de exibir um Camões “fidalgo, palaciano, valente, denodado, heroico, belo homem”.

Foi ainda muito mais explícito: *Camões Fabuloso e Verdadeiro* representava uma oposição frontal às efabulações publicitárias dos que se “sentam à mesa do Círculo Eça de Queiroz, hóspedes de António Ferro” para fazerem em Portugal e, sobretudo, no estrangeiro, a propaganda política e cultural do salazarismo que

fabricava um Camões, tão diferente do que fora, pois “viveu pobre e miseravelmente e assim morreu, segundo a legenda gravada na sua sepultura”.

AS TRÊS CARTAS

Aquilino declarou, sem margem de equívocos, que não se alicerçara em materiais inéditos. Limitara-se a “ler com olhos atentos” o que escreveram Teófilo Braga, José Maria Rodrigues, Willerm Stork (traduzido por Carolina Michaelis), Hernâni Cidade e José Régio. A principal fonte – assim o declarou – residiu nas “três cartas particulares que restam do poeta”. “Não foi empresa fácil” – confessou – “são verdadeiras e intrincadas charadas, naquela forma criptográfica de dizer coisas qui ferait rougir un singe, e porque esse hermetismo era de moda nas letras”.

Desmontou, através de *Camões Fabuloso e Verdadeiro*, a origem aristocrática da família para retratar o “espadachim de vielas de má nota nas horas vagas, com entrada no paço, tu cá, tu lá com os grandes, amante feliz de umas açafatas, enamorado de outras, estro sempre pronto para glosar um mote, numa palavra um gentil homem pobre, mas invejável”.

Examinou, em pormenor, tudo quanto respeitava às primeiras edições d’ *Os Lusíadas* e à atividade profissional do editor. Salientou algumas questões prioritárias: “o livro sempre foi uma indústria precária em Portugal”. Os nomes celebrados n’ *Os Lusíadas* e os seus descendentes, na esmagadora maioria “interessavam-se por cavalos, galgos e mulheres e não sabiam cortar letra redonda. Nas escrituras e atos tabelionais assinavam de cruz. O Padre Capelão supria-lhes a ignorância em tudo o que contedia com as necessidades do espírito”. Viviam-se uma época, “propícia à floração das letras”, pois “estava no choço a grande e louca aventura” que terminaria na tragédia de Alcácer Quibir.

Existiam – recorda Aquilino – “54 livreiros com balcão de venda em Lisboa; esta designação compreendia os mestres afins, como cartonadores, brochadores, tendeiros de folhetos de cordel, papeleiros etc. Cada exemplar d’ *Os Lusíadas* foi taxado à razão de um cruzado, o que era um preço alto, proibitivo, acessível apenas às bolsas endinheiradas”.

Camões optou por António Gonçalves com oficina própria, na Costa do Castelo. Não tinha o prestígio de outros impressores que lançaram obras de personalidades de relevo oficial. *Os Lusíadas*, publicados em 1572, não incluíram qualquer prefácio ou dedicatória. Apenas se lê na primeira



Camões interpretado por Alvaro Carrilho, capa da reedição da obra de Aquilino

página: “Com privilégio real. Impresses em Lisboa com licença da Sancta Inquisição e do Ordinário: em casa de António Gonçalves, Impressor”. Outro pormenor comentado até à exaustão pelos investigadores e analisado por Aquilino: a disposição do pelicano, no alto da portada, o pelicano com o bico voltado para a direita de quem olha; na outra edição possível edição do mesmo ano o pelicano tem o bico voltado para a esquerda.

VINTE MIL DIFERENÇAS

Logo nas primeiras estrofes, verifica-se que houve alterações. Possivelmente erros de impressão ou modificações que o poeta quis introduzir no texto? José Maria Rodrigues (1930) e Gondim da Fonseca (1972) detetaram numerosas gralhas e desacertos. Trinta anos após a morte de Aquilino, numa pesquisa efetuada por David Jackson – professor da Universidade de Yale – ao consultar 34 exemplares d’ *Os Lusíadas* de 1572 existentes não só em Portugal e no Brasil, mas em bibliotecas públicas e privadas dos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Espanha, França e Alemanha, encontrou mais de duas mil diferenças.

Numa longa entrevista que me concedeu para o *Diário de Notícias*, David Jackson, concluiu que apesar da colocação do pelicano para a

direita ou para a esquerda, houve uma única edição em 1572, possivelmente interrompida, devido a correções realizadas pelo próprio punho de Camões.

DUAS CENSURAS

Vivendo Aquilino num regime de censura, que cortava ou proibia indiscriminadamente o conteúdo dos livros, dos jornais e revistas, as peças de teatro e as produções do cinema – tal como no tempo da Inquisição – ocupou-se da atitude dúplice do censor d’ *Os Lusíadas*, o dominicano Frei Bartolomeu Ferreira que adotou dois comportamentos diferentes: por sua iniciativa ou por ordem da Inquisição. Para a primeira edição, no entender de Aquilino, houve conversações e reajustamentos entre o censor e o autor. No despacho que exarou Bartolomeu Ferreira pode ler-se: “não achei neles (*Os Lusíadas*) cousa alguma escandalosa, nem contrária à fé e aos bons costumes”.

A propósito das narrativas pagãs, de versos incendiados de exaltação sexual, nomeadamente no Canto IX, relativo à ilha dos Amores, o censor escreveu: “como, isto é, poesia e fingimento, e o autor, como poeta, não pretende mais que ornar o estilo poético, não tivemos por inconveniente ir esta fábula na obra. E por isso me parece o livro digno de se imprimir, e o autor

mostra nele muito engenho e muita erudição nas ciências humanas”.

Contudo, já depois da morte de Camões, numa segunda censura para a chamada “edição dos Piscos”, publicada no domínio espanhol, no reinado de Filipe I denunciou – se escandalosamente “a mão imperiosa e teologal “do mesmo Bartolomeu Ferreira (...) que “emendou, transcreveu, suprimiu” (...), introduzindo n’ *Os Lusíadas* “versos aleijados e de mau gosto”.

CAMÕES: ANTES E DEPOIS

Aquilino não se cansa de enaltecer “o poeta de sopro universalista e de alma multimoda e eterna”. E também assinalava que, até Camões “nunca a língua fora manejada com aquela agilidade e limpidez, aqueles ritmos de avena culta, com flexões novas, pedidas ao latim, que lhe imprimiram elegância, sem perda de vigor e com ganho de harmonia”. Portanto: estamos perante duas línguas portuguesas – antes e depois de Camões

Considerava *Os Lusíadas* o “tombo poético da pátria portuguesa e um monumento à nacionalidade”, “o poema da energia máscula, pagão e sensualista”, tendo inscrito essa energia voluptuosa, e erótica na “ilha dos Amores. Considerava, ainda, que Luís de Camões nos legou “os sonetos mais admiráveis da nossa língua” e as líricas “que, quanto mais se leem, mais perfume de beleza se exala, daqueles ritmos de ouro e de cristal”.

A obra de Aquilino, agora reeditada, pela Bertrand, num único volume, coordenado por Eduardo Boavida, capa de Alvaro Carrilho e um prefácio da minha autoria, integra um índice onomástico e um índice toponímico, para facilitar a consulta e a leitura deste livro e localizar muitos aspetos primordiais. *Os Lusíadas*, além da narrativa histórica, geográfica e mitológica, é um exemplo, a todos os títulos notável, da sobriedade e nitidez dos conceitos, sem resvalar na profusão de minudências e futilidades, na exuberância de jogos vocabulares.

Ao contrário de todas as outras epopeias universais, *Os Lusíadas* oferecem-nos uma visão crítica das situações concretas do quotidiano, que por motivos políticos, religiosos e literários que têm sido, voluntariamente, desfigurados. As palavras em Camões têm o poder de dialogar com os outros, de estabelecer as aproximações necessárias para resistir às adversidades, e promover os valores cívicos e culturais a fim de contribuir para a formação de uma consciência coletiva. ■